

THOMAS KL INDÚSTRIA DE ALTO FALANTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Thomas KL Industria de Alto Falantes S/A (“Companhia”) é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro na cidade de Cachoeirinha/RS, tendo como objeto social a fabricação e comércio de alto falantes, bem como a importação de bens co-relatos do exterior, com início de atividades em 01/09/1993.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia aprovou estas demonstrações financeiras em 07 de junho de 2019

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.1 Novas normas, alterações e interpretações

O seguinte pronunciamento emitido pelo CPC ainda não entrou em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018:

- CPC 06 (R2) – Operação de Arrendamento Mercantil (01.01.2019).

A administração está concluindo diagnóstico e a extensão do impacto desta nova norma em suas demonstrações financeiras e irá implementá-la no exercício que entrará em vigor.

Os pronunciamentos contábeis que passaram a vigorar durante o ano de 2018, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da empresa.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o numeral mais próximo.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(i) Caixa e equivalentes de caixa - Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior há 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

(ii) Aplicações financeiras - Compreendem os investimentos financeiros com prazos de vencimento e carência superiores há 90 dias da data da aplicação ou com prazos de vencimento

superior há 90 dias, mas com impossibilidade de resgate antecipado sem risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.3 Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente quando aplicável. Quando julgado necessário pela administração, é registrada provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise das contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir a perda de crédito esperada. A perda esperada é constituída com base na experiência passada de inadimplência dos clientes da Empresa e da análise da situação financeira atual de cada devedor.

3.4 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio ponderado. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

3.5 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os custos incorridos na construção do ativo. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos demais ativos imobilizados.

Os terrenos não sofrem depreciação. Para as demais classes do ativo imobilizado a depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

<u>Taxa (% ao ano)</u>	
Imóveis	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	20
Veículos	20

3.6 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

A provisão para imposto de renda e a contribuição social corrente está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício (15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

3.7 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia só possui instrumentos financeiros não complexos, os quais são avaliados pelo método do custo amortizado e classificados como custo amortizado (para ativos financeiros) e como custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (para passivos financeiros).

O método da taxa efetiva de juros é um método para calcular o custo amortizado de ativo ou passivo financeiro (ou grupo de ativos e passivos financeiros), e de alocar os rendimentos de juros ou despesas com juros durante o período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros de caixa estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, ao valor contábil do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é determinada com base no valor contábil do ativo ou passivo financeiro no reconhecimento inicial.

Ativos e passivos financeiros que não possuem taxa de juros declarada, e que são classificados como ativos e passivos circulantes, são avaliados, inicialmente, com base no valor não descontado.

3.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada como consequência de um evento passado, e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

3.9 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, desvalorização dos estoques, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.10 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que o controle dos bens foi transferido para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia;
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão representados conforme abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Depósitos bancários a vista	<u>2.642</u>	<u>3.857</u>
	<u>2.642</u>	<u>3.857</u>

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos de aplicações financeiras estão representados conforme abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicação financeira	<u>6.393</u>	<u>8.729</u>
	<u>6.393</u>	<u>8.729</u>

As aplicações financeiras referem-se a fundos de Investimentos (DI referenciados, Renda Fixa, Multimercados, NTN-B, LFT-DI). As Aplicações financeiras são lastreadas em títulos públicos, renda fixa pré-fixada, renda fixa credito privado, multimercado global, fundo referenciados DI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo de contas a receber de clientes está assim representado:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Clientes no país	9.717	7.004
Clientes no exterior	782	983
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(765)</u>	<u>(710)</u>
	<u>9.734</u>	<u>7.277</u>

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Valores a vencer	8.152	5.762
Valores vencidos até 30 dias	350	241
Valores vencidos até 90 dias	9	18
Valores vencidos até 360 dias	99	65
Valores vencidos acima 360 dias	<u>1.889</u>	<u>1.901</u>
	<u>10.499</u>	<u>7.987</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas, sendo o montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

A movimentação da provisão para realização de devedores no exercício foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	587
Adições no exercício	<u>123</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	710

Adições no exercício
Saldo em 31 de dezembro de 2018

55
765

7. ESTOQUES

Os estoques estão assim representados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Matérias-primas	10.432	10.668
Produtos acabados	5.646	3.180
Adiantamento a fornecedores	<u>684</u>	<u>555</u>
	<u>16.762</u>	<u>14.403</u>

A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior há 12 meses.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

O saldo dos impostos a recuperar está assim composto:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ICMS ^(a)	633	418
COFINS ^(b)	3.788	0
PIS ^(b)	824	0
CSLL a recuperar ^(c)	14	14
IRPJ a recuperar ^(c)	71	71
IR retido na fonte ^(c)	202	243
Total	<u>5.532</u>	<u>746</u>

a. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados na unidade produtora da Companhia. A Companhia estima com base em suas operações que esse saldo será realizado nos próximos exercícios mediante e compensação com saldo a pagar.

b. PIS e COFINS

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhia requereu o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições. Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), na sistemática da repercussão geral, decidiu que o "ICMS não deve compor a base de cálculo do PIS e da COFINS". Em setembro de 2017, a decisão do STF foi publicada. Com base nesta decisão e nas opiniões legais dos consultores jurídicos, a Companhia entende que não é provável a alteração do resultado do julgamento do STF quanto ao mérito, motivo pelo qual deixou de incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS desde o início do ano 2017.

A Companhia e seus consultores jurídicos estimam que o julgamento final do STF em quanto à modulação dos efeitos não limitará a exclusão dos ICMS da base dos PIS e COFINS aos períodos futuros. Em agosto de 2018, a ação judicial da Companhia transitou em julgado, possibilitando o reconhecimento de R\$ 5.323 mil em dezembro de 2018, para o período de janeiro de 2003 a abril de 2018. O reconhecimento dos créditos de PIS e COFINS foi registrado como contrapartida na rubrica de outras receitas e despesas.

c. Imposto de renda e contribuição social

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

9. IMOBILIZADO

O saldo do ativo imobilizado está assim composto:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Máquinas e equipamentos	1.516	1.753
Móveis e utensílios	50	69
Equipamentos e sistemas de informática	13	17
Veículos	104	17
Benfeitorias	60	65
Imobilizações em andamento	<u>29</u>	<u>1</u>
	<u>1.772</u>	<u>1.922</u>

Movimentação do custo:

	<u>Saldo</u> <u>01/01/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Ajuste de saldo</u>	<u>Saldo</u> <u>31/12/2017</u>
Máquinas e equipamentos	4.940	180	-150	-994	3.976
Móveis e utensílios	419	0	0	0	419
Equipamento e sistemas de informática	528	0	-11	0	517
Veículos	456	0	0	41	497
Benfeitoria	8	60	0	0	68
Imobilizações em andamento	<u>167</u>	<u>24</u>	<u>-190</u>	<u>0</u>	<u>1</u>
	<u>6.518</u>	<u>264</u>	<u>-351</u>	<u>-953</u>	<u>5.478</u>

	<u>Saldo</u> <u>01/01/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo</u> <u>31/12/2018</u>
Máquinas e equipamentos	3.976	15	-	3.991
Móveis e utensílios	419	-	-	419
Equipamento e sistemas de informática	517	5	-	522
Veículos	497	99	47	549
Benfeitoria	68	-	-	68
Imobilizações em andamento	<u>1</u>	<u>28</u>	<u>-</u>	<u>29</u>
	<u>5.478</u>	<u>147</u>	<u>47</u>	<u>5.578</u>

Movimentação da depreciação acumulada para o exercício:

	<u>Saldo</u> <u>01/01/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo</u> <u>31/12/2018</u>
Máquinas e equipamentos	2.223	251	-	2.474
Móveis e utensílios	350	19	-	369
Equipamento e sistemas de informática	500	8	-	508
Veículos	480	13	47	446
Benfeitorias	<u>3</u>	<u>5</u>	<u>47</u>	<u>8</u>
	<u>3.556</u>	<u>296</u>		<u>3.805</u>

10. FORNECEDORES

Os saldos de fornecedores estão assim representados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores Nacionais	2.178	724
Fornecedores	<u>2.606</u>	<u>1.501</u>
Estrangeiros		
Total	<u>4.784</u>	<u>2.225</u>

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição.

Composição dos saldos:

Os saldos contábeis incluídos no balanço patrimonial estão identificados a seguir, os quais se aproximam do valor de mercado:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Custo Amortizado		
Caixa e equivalente de caixa		
Em moeda nacional	512	829
Em moeda estrangeira	2.131	3.028
Aplicações financeiras		
Em moeda nacional	6.393	8.729
Contas a receber		
Em moeda nacional	9.717	7.004
Em moeda estrangeira	782	983
Fornecedores		
Em moeda nacional	2.178	724
Em moeda estrangeira	2.606	1.501

A Sociedade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade

• Administração financeira de risco

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos associados à sua operação:

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Sociedade vir a sofrer perdas (ou deixar de auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos captados e ativos aplicados no mercado.

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Para se proteger das oscilações cambiais, a companhia avalia sua exposição cambial.

A exposição líquida da Companhia ao risco de taxa de câmbio em 31 de dezembro é conforme abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e equivalente de caixa	2.131	3.028
Contas a receber	782	983
Fornecedores	<u>(2.606)</u>	<u>(1.501)</u>
Exposição líquida	<u>307</u>	<u>2.510</u>

Análise de sensibilidade: Um eventual fortalecimento do Real, da ordem de 5%, contra o dólar norte-americano em 31 de dezembro 2018, geraria uma receita de variação cambial positiva de R\$15 (Reais Mil). A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

Uma eventual desvalorização do Real contra o dólar norte-americano, em 31 de dezembro de 2018, teria o mesmo efeito, porém com resultado oposto, considerando que todas as outras variáveis se manteriam constantes.

Risco de crédito: esse risco advém da possibilidade da Sociedade não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

A Administração da Sociedade monitora os fatores de risco através de acompanhamento das tendências de mercado e revisões periódicas dos ativos e de seu endividamento.

Risco de preço de mercado dos produtos e Insumos: Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

12. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A provisão para processos cíveis, trabalhistas e tributários é composta pelos seguintes valores:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para processos trabalhistas	731	700
Provisão para contingências tributárias	373	-
Total	<u>1.104</u>	<u>700</u>

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis potenciais.

A movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis no exercício foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	778
Baixas no exercício	137
Adições no exercício	77
Saldo em 31 de dezembro de 2017	700
Baixas no exercício	326
Adições no exercício	<u>730</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.104

Baixas no período referem-se a processos liquidados. Já as adições no período referem-se a constituição de provisão para novo processos trabalhistas (R\$ 357 Mil) e provisão para contingência tributária (R\$ 373 Mil) referente utilização de créditos PIS/COFINS essencialidade.

Contingências

Para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de dezembro, o montante das causas de naturezas trabalhistas, cíveis e tributárias é composto como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Processos trabalhistas	542	985
Processos tributários	1.906	1.818

Os processos tributários referem-se execução fiscal para a qual foi oferecida caução judicial através de penhora de aplicação financeira com objetivo de garantir a interposição de recurso no qual a empresa irá discutir o crédito tributário gerado por auto de infração relativo a discussão da classificação fiscal da matéria-prima "imã de ferrite", mercadoria liberada com liminar sem recolhimento da taxa de anti dumping.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por 10.294.118 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado pelos acionistas assim representados:

<u>Sócio</u>	<u>R\$</u>	<u>Nº. de Ações</u>	<u>%</u>
Gustavo Vieira Lermen	22.477	6.923.907	67,26
Karen Lexau Kras Borges	247	76.093	0,74
Foster Electric Inc	<u>10.694</u>	<u>3.294.118</u>	<u>32,00</u>
	<u>33.418</u>	<u>10.294.118</u>	<u>100,00</u>

b) Reserva de capital

Referente ágio na subscrição das ações

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Reserva de Capital	1.056	1.056

c) Reserva de Lucros

Constituída reserva para incentivos fiscais referente crédito presumido do ICMS tendo como base o saldo remanescente em lucros acumulados após a compensação de prejuízo.

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Lucro líquido do exercício	2.976	283
Prejuízo Acumulado	(1.495)	(1.778)
Reserva de Incentivos Fiscais	1.481	-

14. RECEITA DE VENDAS

A conciliação entre a receita reconhecida para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício é conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita bruta para fins fiscais	51.147	47.893
Menos:		

Impostos sobre vendas	(13.645)	(12.239)
Devoluções de vendas	<u>(1.463)</u>	<u>(344)</u>
Receita líquida reconhecida na demonstração do resultado	<u>36.039</u>	<u>35.310</u>

15. DESPESAS POR NATUREZA

Estas despesas foram classificadas da seguinte forma na demonstração de resultados:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Matéria-prima e materiais auxiliares	15.838	14.281
Materiais Indiretos na Produção	3.657	3.230
Depreciação e amortização	295	338
Pessoal	11.646	11.363
Fretes sobre vendas	1.158	1.521
Comissões sobre vendas	412	439
Alugueis	1.322	710
Custos com serviços de terceiros	2.092	1.145
Outras despesas	<u>2.960</u>	<u>2.368</u>
Total	<u>39.381</u>	<u>35.395</u>

Estas despesas foram classificadas da seguinte forma na demonstração de resultados (apresentada por função):

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo dos produtos vendidos	(29.810)	(26.858)
Despesas com vendas	(2.501)	(2.859)
Despesas gerais e administrativas	<u>(7.070)</u>	<u>(5.678)</u>
Total	<u>(39.381)</u>	<u>(35.395)</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	223	819
Outros	<u>360</u>	<u>22</u>
	583	841
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(38)	(54)
Descontos concedidos	(267)	(941)
Despesas bancárias	<u>(76)</u>	<u>(85)</u>
	(381)	(1.080)
Variação cambial	504	121
Resultado financeiro	(706)	(118)

17. OUTRAS DESPESAS/RECEITAS

Os valores que compõem outras despesas e receitas operacionais estão abaixo discriminados:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Outras Despesas Operacionais:		

Outros	<u>(46)</u>	<u>(27)</u>
	(46)	(27)
Outras Receitas Operacionais:		
Processo INSS Cooperativas	92	-
Processo Ex-ICMS Base Cálculo PIS/COFINS	5.323	-
Crédito PIS/COFINS Essencialidade	612	-
Ajuste de Estoques	46	397
Outras Receitas Operacionais	<u>5</u>	<u>218</u>
	6.078	612
Total	<u>6.032</u>	<u>585</u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social pode ser assim demonstrada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	3.396	382
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
IRPJ e CSLL à taxa nominal	1.155	130
<u>Ajustes para cálculo da despesa efetiva:</u>		
Outras adições e exclusões	(735)	(31)
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não registrado	-	-
Despesa de IRPJ e CSLL lançada no resultado	<u>420</u>	<u>99</u>

19. PARTES RELACIONADAS

A posição das transações e dos saldos com partes relacionadas, em 31 de dezembro, está assim representada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Balanço Patrimonial:		
Fornecedores:		
Foster Eletric CO., LTD	18	151
Bomber Empreendimentos (aluguel)	<u>760</u>	<u>58</u>
	778	209
Demonstração do resultado:		
Custo dos produtos vendidos (compras)		
Foster Eletric CO., (H.K.)	1.368	3.710
Foster Eletric CO., LTD	61	207
Bomber Empreendimentos (aluguel)	<u>1.024</u>	<u>536</u>
	2.453	4.453
Despesas Gerais e administrativas (aluguel)		
Bomber Empreendimentos	249	140

20. SEGUROS

A Companhia mantém seguros para bens imobilizados e estoques sujeitos a riscos operacionais, por

montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. A seguir as principais modalidades de seguros contratados pela Companhia:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>
Danos Materiais	3.800
Lucros Cessantes	1.000

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.